

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/41035</b>	<b>53985/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data: 12/02/2025  
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/40769</b>	<b>48541/2025</b>	<b>Fiscalização de operações urbanísticas</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)</b>		
Órgão/Cargo que resolve		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 48541/2025

**Assunto:** Reposição de condições de segurança de imóvel

**Local:** Rua dos Capelistas, n.ºs 38 a 50, União das freguesias de São João do Souto e São José de S. Lázaro

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

De acordo com a informação que antecede, propõe-se:

A notificação aos proprietários, do prédio em apreço, nos seguintes termos:

De acordo com o artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.

No âmbito de uma vistoria efetuada ao local em causa, realizada por técnicos deste Município, nos termos da legislação atrás referida, foi elaborado Auto de Vistoria, de 21/11/2025, cuja cópia segue em anexo.



Dado o estado em que se encontra o imóvel em questão, de acordo com o auto de vistoria em anexo, com vista a serem repostas as condições de segurança naquele local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras / trabalhos, elencados no ponto 5, do auto de vistoria atrás mencionado, pelo que, dispõe do prazo de 10 dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual.

Findo o prazo, sem que V. Exas se pronunciem, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Exª.

Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.

Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença.

Alerta-se V. Exª para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

Deverá dar-se conhecimento:

DMGT/DU – Divisão de Avaliação Técnica (DAT);

Divisão do Centro Histórico Património e Arqueologia (DCHPA);

Unidade de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga;

Proteção Civil;

CCDR Norte - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. –  
Unidade de Cultura;

## **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

